

Deputada impedida de usar elevador pede providências à Alerj contra racismo

Segurança barrou Dani Monteiro mesmo depois de ela dizer que é parlamentar

[\(O Globo, 22/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nesta quinta-feira, no Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, a deputada estadual Dani Monteiro (PSOL-RJ) pediu à presidência da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro (Alerj) que treine seus funcionários contra o preconceito. Um dia antes, a parlamentar havia sido impedida por um segurança de acessar o elevador reservado a deputados, mesmo provando ser uma, conforme noticiou a coluna de Ancelmo Gois.

— Existe um elevador reservado para deputados e, quando eu fui entrar nele, o segurança foi me encostando para fora sem nem olhar para minha cara. Confusão pode acontecer, afinal somos 36 novos deputados. Mas eu sou a única jovem, negra, com cabelo colorido, e eles recebem um documento com as nossas caras. Difícil não reconhecer. Quando falei sobre isso com deputados, nenhum homem branco disse ter sofrido o mesmo. Agem como se eu não pudesse ser deputada, como se meu local somente fosse com uma vassoura na mão — relata Dani Monteiro.

Em nota, a Alerj afirmou que “vem trabalhando num projeto para melhorar o atendimento ao público interno e externo”.

A deputada diz que desde o primeiro dia de mandato sofreu discriminação racial em dependências da Alerj. Ao levar funcionários de seu gabinete para exame admissional, errou o prédio onde eles seriam realizados e questionou o segurança sobre o local correto. No diálogo, ela lembra as palavras agressivas ditas a ela e sua equipe:

— Entrei, por engano, no prédio da Escola Legislativa e o questionei se ali era onde fazia o exame admissional. O segurança se sentiu tranquilo para falar com a gente que ali era “só exame de DNA”. Não tinha entendido, mas ele continuou pegando o cassetete e batendo na mão: “aqui a gente bate até sair o DNA”.

Os relatos já tinham sido passados pela deputada para os setores de segurança da Casa, mas as respostas de resolução não foram cumpridas, segundo ela.

— Toda vez a segurança fala que não vai acontecer e acontece. Por isso, solicitamos a formação com todos os profissionais da Casa. Temos que deixar de naturalizar que o lugar do negro é o do cafezinho, limpando o chão. Em um elevador de serviço, ninguém ia me barrar — critica Monteiro.

Raphael Kapa

Suspeitas de desvios na cota de gênero refletem baixa representatividade feminina na política, apontam especialistas

Brasil ocupa a 133ª posição em ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados. No Senado, dos 54 senadores eleitos em 2018, apenas 7 são mulheres

(O Globo, 19/03/2019 - acesse no site de origem)

Mais de cinco décadas distanciam Josete Martins Ramos, de 76 anos, e Danielle Alves, de 17. A estudante nunca votou, diferente da bancária aposentada, que lembra com boa memória candidatos de eleições passadas. Um pensamento, no entanto, aproxima as duas: faltam mulheres na política brasileira.

A última vez que Josete foi às urnas para votar em uma candidata foi em 2002, quando votou em uma deputada federal. Apesar de reconhecer a falta de representatividade feminina, ela diz que o gênero não faz diferença na hora do voto.

— Precisa ser capaz de exercer o cargo. Se for bem preparado, não importa se é homem ou mulher — opina.

Já Danielle acabou perdendo o prazo de emissão do título de eleitor no ano passado após completar 16 anos. Jovem negra, a estudante acredita que faz toda diferença se uma parlamentar é mulher.

— É preciso que haja mulheres ocupando esses espaços, porque só mulheres sabem o que mulheres passam. Como negra, sinto uma falta de representatividade muito grande. Nossas pautas acabam não sendo colocadas em debate — comenta.

A falta de representatividade sentida não apenas pelas duas, mas por outras tantas mulheres, tenta ser contornada por mecanismos que existem há mais de 20 anos na legislação brasileira. As primeiras cotas de gênero foram criadas entre 1995 e 1997, e pela última edição, obrigam que no mínimo 30% das candidaturas de cada partido ou coligação sejam preenchidas por mulheres. No ano passado, por decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, esse mesmo mínimo percentual deve ser reservado dos Fundos Eleitoral e Partidário para financiar candidaturas femininas.

No entanto, casos recentes levantaram suspeitas de que mulheres foram usadas nas eleições do ano passado como 'laranjas' — candidatas de fachada, que teriam entrado na corrida eleitoral apenas para que partidos atingissem o percentual mínimo, e os recursos, destinados por lei ao financiamento das candidaturas femininas, desviados para outros fins, inclusive para candidatos homens.

Para Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE e presidente da Comissão de Direito Eleitoral do Instituto dos Advogados do Brasil, as suspeitas de desvio de verba de financiamento esbarram diretamente na falta de representatividade feminina, e poderiam ser evitadas com a presença de mulheres ocupando cargos nas diretorias e tesourarias dos

partidos.

— Não vemos mais do que os 30% exigidos por lei de mulheres sendo candidatas porque os partidos não estão abrindo as portas, não estão possibilitando que as mulheres se lancem candidatas com as reais condições de concorrer. Com democracia intrapartidária, teríamos mulheres ocupando espaços de decisão, participando da divisão do dinheiro do financiamento de campanha, e muitos desvios como esses poderiam ser evitados — diz a ex-ministra.

Professora de Ciência Política da UnB, a professora Flávia Biroli afirma que com [projetos de lei como o do senador Angelo Coronel \(PSD-BA\), que pretende acabar com a cota de gênero](#), promove-se a visão equivocada de que mulheres não querem participar dos debates políticos.

— Mulheres participam de conselhos, protestos, são filiadas a partidos, mas encontram dificuldades para candidatar-se e para eleger-se. Os partidos são estruturas de poder historicamente masculinas, e as lideranças partidárias têm grande poder no Brasil. E nesse ponto, o financiamento público eleitoral aumenta seu poder: elas definem para quais candidaturas irá o recurso — diz.

País avança pouco em representatividade

De um total de 193 países, o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking mundial de representatividade feminina na Câmara dos Deputados, atrás de países como a Arábia Saudita, onde as mulheres só foram autorizadas a dirigir no ano passado, e só podem trabalhar ou abrir uma empresa ou conta bancária com a permissão de um homem. A informação é produzida pelo organismo internacional Inter-Parliamentary Union, e revela o quão distante o país está do cenário ideal de proporcionalidade em relação ao número de mulheres na população - segundo a projeção do IBGE para este ano, 51% da população brasileira é feminina.

Com as eleições de 2018, o número de deputadas federais aumentou 49% em relação ao último pleito, passando de 51 para 76 parlamentares eleitas. No Senado Federal, onde o primeiro banheiro feminino só foi construído em 2016, mais de 50 anos depois da inauguração do Congresso Nacional, o panorama é o mesmo desde 2010, ano em que ocorreram às últimas eleições de 2/3 da casa: dos 54 senadores, apenas 7 mulheres foram eleitas. Em três estados, não houve nenhuma candidatura feminina para o Senado.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades do Instituto de Ciência Política da Unb, a professora Biroli defende que a solução mais adequada para aumentar a presença de mulheres na política seria a reserva de assentos.

— A legislação que temos é uma medida mínima e sua efetividade depende de fiscalização. Sou a favor de uma lei de paridade que reserve 50% dos assentos nos legislativos nacional, estadual e local para mulheres. Assim teríamos, de fato, uma democracia que se organiza pelo princípio de igual oportunidade de participação — avalia Biroli, que também defende que a medida seja adotada pelos partidos — Democratizar os partidos políticos seria muito importante, assim mais mulheres participariam das decisões sobre candidaturas e financiamento, sobre o programa do partido, sua identidade pública e as visões sobre o país que ela promove — explica.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP) apresentou um projeto de lei para garantir às mulheres 50% das vagas em câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado. A proposta foi batizada de Marielle Franco.

— Há muitas mulheres que poderiam estar nesses espaços de poder, mas não estão porque as estruturas políticas brasileiras não favorecem a nossa participação política. Se tiver cota dentro do parlamento, os partidos políticos e a sociedade vão ter que se adaptar, investir em candidaturas femininas, garantir que elas apareçam na televisão, tenham cultura e formação política para competir em igualdade de condições com os homens — defende a parlamentar.

Reeleita para seu segundo mandato, a deputada federal Rosângela Gomes (PRB-RJ) segue o mesmo raciocínio de Bonfim e Biroli. Para ela, o número de mulheres no Legislativo brasileiro é insuficiente e a reserva de assentos nos parlamentos é o caminho que deve ser seguido.

— Faz toda a diferença um parlamento ser equilibrado. Não há democracia sem isso. Com um número semelhante de homens e mulheres, a democracia estará completamente enriquecida — opina.

Rosângela Gomes foi a única mulher eleita para a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 2000. Defendendo pautas que se relacionam diretamente ao cotidiano das mulheres, como o combate ao câncer de mama e investimentos em creches, ela lembra de ser hostilizada e de ouvir que aquele “não era lugar de mulher”. Na atual legislatura na cidade da Baixada Fluminense, apenas uma mulher, Renata da Telemensagem (PTC), é vereadora na casa, ao lado de 16 homens.

A reserva de assentos no Legislativo também é defendida por Luciana Lóssio, que acredita que a paridade de gênero se trata de uma questão de direitos humanos.

— Metade da humanidade é feminina, e assegurar o direito das mulheres de serem representadas é um implemento do direito humano de uma minoria que historicamente foi renegada e ocupava um papel secundário. Hoje não há mais espaço para isso — afirma a ex-ministra.

Leticia Lopes, estagiária sob supervisão de Maiá Menezes.

Seminário Nacional “Mulheres em Espaços de Poder e Decisão” - São Paulo/SP, 14 e 15/03/2019

Com informações da Defensoria Pública da União em SP

[\(ONU Mulheres, 12/03/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Defensoria Pública da União, por meio do Grupo de Trabalho Mulheres e da Defensoria Regional de Direitos Humanos em São Paulo (DRDH/SP), promove o Seminário Nacional Mulheres em Espaços de Poder e Decisão, em 14 e 15 de março, seu auditório DPU em São Paulo. Entre os temas que serão debatidos estão mulheres e sistema de Justiça, produção do conhecimento, representação política, posição de liderança e outros. A programação será

encerrada com o Ciclo de Debates sobre Gênero e Direitos Humanos.

As inscrições serão feitas no local do evento, na quinta-feira (14/3), a partir das 8h30. Ao final, será emitido certificado de participação.

A Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) e a ONU Mulheres apoiam a iniciativa.

Equilíbrio na tomada de decisões - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública corresponde à meta 5.5 do [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas](#), um dos 17 objetivos globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O tema também é central na revisão dos 40 anos da agenda de gênero na América Latina e Caribe, a [Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030](#). O documento aponta que o alcance da igualdade de gênero em 2030 na América Latina e Caribe depende da paridade de gênero como “ pilar central para gerar as condições para o exercício pleno dos direitos humanos e a cidadania das mulheres” no contexto de “aprofundamento e qualificação das democracias e a democratização dos regimes políticos, socioeconômicos e culturais”.

Seminário Nacional Mulheres em Espaços de Poder e Decisão

Data: 14 e 15 de março de 2019

Local: Auditório da DPU em São Paulo (Rua Teixeira da Silva, 217 - Paraíso) - São Paulo/SP

Credenciamento no local: quinta-feira (14/03) - 8h30

Programação

14 DE MARÇO (QUINTA-FEIRA)

8h30 Credenciamento e café de boas-vindas

9h15 Abertura - GT MULHERES, DRDH/SP, ANADEF, Escola Superior da DPU, ONU Mulheres

9h30 Apresentação cultural - Bubiz Barros

9h45 Mesa 1 - Mulheres e Sistema de Justiça

Laura Benda - Juíza do Trabalho (SP) e presidenta da AJD

Dandara Pinho - Advogada e presidenta da Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial da OAB-BA

Ana Rita Souza Prata - Defensora pública estadual em São Paulo (DPE/SP)

Inês Virgínia - Desembargadora federal do TRF da 3ª Região

Mediação: Charlene da Silva Borges

Debates

14h Mesa 2 - Mulheres na Produção do Conhecimento

Deisy Ventura - Professora de Direito Internacional e Livre-Docente do IRI-USP

Silvia Pimentel - Professora da PUC/SP e membro do Conselho Consultivo do CLADEM

Soraia Mendes - Jurista, pesquisadora e coordenadora Nacional do CLADEM

Amélia Sampaio Rossi - Professora da PUC-PR

Mediação: Rafaella Mikos Passos

Debates

16h30 Oficina - Mulheres na Defensoria Pública da União

15 DE MARÇO (SEXTA-FEIRA)

9h Café de boas-vindas

9h30 Mesa 3 - Mulheres e Representação Política

Sâmia Bonfim - Deputada federal por São Paulo na Câmara Federal

Patrícia Bezerra - Vereadora do Município de São Paulo

Luciana Lossio - Jurista e ex-ministra do TSE

Mediação: Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira

Debates

13h30 Mesa 4 - Mulheres e desafios na Defensoria Pública da União

Roda de conversa com defensoras, servidoras, terceirizadas e estagiárias

Mediação: Maria Cecília Lessa da Rocha

15h - 17h Ciclo de Debates sobre Gênero e Direitos Humanos

3º tema: Mulheres em Posição de Liderança

Convidadas:

Amelinha Teles - Feminista e Ativista dos Direitos Humanos

Eneida Guimarães dos Santos - Conselheira do CNDH e representante da União Brasileira de Mulheres

Laura Arantes Quintino dos Santos - Presidenta do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito

da USP

Facilitadoras:

Charlene da Silva Borges - Coordenadora do GT Mulheres

Fabiana Galera Severo - Defensora Regional de Direitos Humanos em São Paulo



Seminário Nacional

Mulheres em Espaços de Poder e Decisão

14 E 15 DE MARÇO DE 2019

Auditório da DPU em São Paulo,
Rua Teixeira da Silva nº 217, Paraíso
São Paulo/SP

14 DE MARÇO (QUINTA-FEIRA)

- 8h30** Credenciamento e café de boas-vindas
- 9h15** Abertura - GT MULHERES, DRDH/SP, ANADEF, ESDPU, ONU Mulheres
- 9h30** Apresentação cultural – Bubiz Barros
- 9h45** **Mesa 1 Mulheres e Sistema de Justiça**

Laura Benda

Juiza do Trabalho – SP e Presidenta da AJD

Dandara Pinho

Advogada e Presidenta da Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial da OAB-BA

Ana Rita Souza Prata

Defensora Pública Estadual em São Paulo – DPE/SP

Inês Virgínia Prado Soares

Desembargadora Federal do TRF da 3ª Região

Mediação: Charlene da Silva Borges

Debates

- 14h** **Mesa 2 Mulheres na Produção do Conhecimento**

Deisy Ventura

Professora Titular de Ética da USP, Doutora em Direito Internacional da Universidade de Paris 1

Silvia Pimentel

Professora da PUC/SP e membro do Conselho Consultivo do CLADEM

Soraia Mendes

Jurista, Pesquisadora e Coordenadora Nacional do CLADEM

Amélia Sampaio Rossi

Professora da PUC-PR

Mediação: Rafaella Mikos Passos

Debates

- 16h30** **Oficina - Mulheres na Defensoria Pública da União**

15 DE MARÇO (SEXTA-FEIRA)

- 9h** Café de boas-vindas
- 9h30** **Mesa 3 Mulheres e Representação Política**
- Sâmia Bonfim** – Deputada Federal por São Paulo na Câmara dos Deputados
- Patrícia Bezerra** – Vereadora do Município de São Paulo
- Luciana Lossio** – Jurista e ex-ministra do TSE
- Mediação: Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira

Debates

- 13h30** **Mesa 4 Mulheres e desafios na Defensoria Pública da União**

Roda de conversa com defensoras, servidoras, terceirizadas e estagiárias

Mediação: Maria Cecília Lessa da Rocha

- 15h-17h** **Ciclo de Debates sobre Gênero e Direitos Humanos**

3º tema: Mulheres em Posição de Liderança

Convidadas:

Amelinha Teles

Feminista e Ativista dos Direitos Humanos

Eneida Guimarães dos Santos

Conselheira do CNDH e representante da União Brasileira de Mulheres

Laura Arantes Quintino dos Santos

Presidenta do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP

Facilitadoras:

Charlene da Silva Borges

Coordenadora do GT Mulheres

Fabiana Galera Severo

Defensora Regional de Direitos Humanos em São Paulo

Apoio:



Por um planeta 50-50 em 2030
um passo decisivo pela igualdade de gênero

Mesmo com fundo específico para mulheres, eleição teve candidatas iludidas

Relatório do Ministério Público mostra que partidos prometeram recursos, mas concentraram verba

[\(Folha de S.Paulo, 19/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A obrigação dos partidos de [destinar 30% da verba do fundo eleitoral](#) para candidaturas femininas, novidade na eleição de 2018, não foi suficiente para garantir às mulheres condições de competitividade na disputa.

Segundo a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, os partidos atraíram mulheres interessadas em se candidatar com a promessa desse recurso público e, no entanto, as candidatas [muitas vezes não receberam verba suficiente](#) e apoio estratégico das siglas.

“Surgiram as candidatas iludidas, que no meu modo de ver são candidatas laranja porque são abandonadas”, afirma à **Folha** a promotora de Justiça Vera Lúcia Taberti, responsável por identificar fraudes nas candidaturas femininas em São Paulo desde a eleição passada.

Um dos principais problemas, segundo Taberti, foi o direcionamento da verba reservada às mulheres para determinadas candidatas. “Isso vai de encontro à política afirmativa de cotas de gênero, feita justamente para que essa cota chegasse a todas as mulheres, de modo a garantir que as pessoas menos abastadas conseguissem ter uma chance”, diz.

A promotora afirma que tomará providências contra os partidos e coligações que enganaram mulheres, o que pode levar a punições como cassação, inelegibilidade e multa.

“Os partidos fizeram reuniões com as mulheres dizendo que [antes não tinha dinheiro](#), mas agora era diferente. Elas acreditaram que teriam chance real de campanha digna, estrutura, pessoal, divulgação”, disse Taberti.

“Depois do registro da candidatura, começam as desilusões. Canaliza-se verba em algumas candidatas e as outras não recebem verba suficiente nem para distribuir material. Sobrou uma porção de material, é um desperdício de dinheiro público”, completou.

Taberti aponta, por exemplo, que Marlene Campos Machado (PTB), ex-mulher do deputado estadual Campos Machado, recebeu R\$ 2,05 milhões de verba pública destinada pelo partido, enquanto outras candidatas a deputada federal tiveram que dividir pouco mais de R\$ 500 mil.

A presidente do Podemos, Renata Abreu, teve R\$ 2,03 milhões investidos pelo partido e se elegeu. As demais candidatas a deputada federal dividiram verba de quase R\$ 900 mil.

“É normal que haja um direcionamento de verba para quem tem mais chance de eleição, mas é preciso garantir a mínima condição de campanha para as demais”, afirma a promotora. Não há regras que definam como deve ser feita a distribuição dos 30% entre as mulheres.

A **Folha** buscou o PTB e o Podemos para comentar a distribuição da verba, mas os partidos não enviaram respostas.

Outros [empecilhos às mulheres](#) identificados pela promotora foram falta de experiência com planejamento de campanha, falta de participação no horário eleitoral e falta de apoio dos partidos em fornecer instruções e estrutura para que as mulheres alcançassem eleitores.

“Os partidos não investem em educação política eleitoral. Muitas candidatas não sabem nada, eu que tenho que explicar”, diz Taberti. Houve candidatas ameaçadas pelos partidos para não procurarem o Ministério Público.

Algumas candidatas relataram à promotora terem contraído dívidas para fazer campanha na expectativa de serem ressarcidas pelos partidos, o que não ocorreu.

Em outros casos, os partidos declaravam gastos de campanha que não foram de fato consumidos pelas candidatas, o que ensejará investigação. As candidatas, por sua vez, não tinham autonomia e assinavam a prestação equivocada sob pressão.

A promotora listou as candidatas a deputada federal que obtiveram menos de cem votos. Os partidos com maior incidência de casos assim foram PRTB e PTC. Em relação às candidatas a deputada estadual, foram Avante, PRP, Pode e DC.

No caso das candidatas a deputada federal, 53,6% eram novatas. Entre as candidatas a deputada estadual, 52,6% nunca haviam participado de eleição.

Taberti também vê [avanços na participação feminina](#). Na Assembleia Legislativa de São Paulo, por exemplo, o número de mulheres eleitas passou de 10 para 18.

Em 2016, ela entrevistou uma série de candidatas laranja, ou seja, que sequer sabiam que disputavam a eleição e foram registradas pelos partidos apenas para [cumprir a cota obrigatória de 30% de mulheres na coligação](#). Decisões recentes na Justiça já levaram à cassação de chapas eleitas devido ao descumprimento da cota ou ao uso de laranjas.

Já neste ano, Taberti foi procurada espontaneamente por mulheres para denunciar falta de oportunidades dentro dos partidos. A promotora vê uma conscientização crescente entre as mulheres de que muitas vezes são usadas pelas siglas como cabos eleitorais ou para cumprir a cota de gênero.

“As mulheres não querem ser laranjas, não querem ser número, querem ter chances reais, ter o direito de conseguir entrar na política”, diz.

Carolina Linhares

Número recorde de mulheres é eleito nos

Estados Unidos

Ao todo, 118 mulheres foram eleitas; na Câmara, elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras

(O Globo, 07/11/2018 - acesse no site de origem)

As eleições legislativas dos Estados Unidos levaram um recorde de mulheres eleitas aos postos de governo do país. Segundo resultados divulgados ao longo desta quarta-feira, ao menos 118 mulheres foram eleitas. Entre elas elas, 42 são negras e três são LGBTQ.

Com a apuração ainda em andamento nesta quarta-feira, sabe-se que as mulheres até o momento conquistaram 98 das 435 cadeiras da Câmara, mais do que as 84 que ocupavam antes das eleições de ontem. No Senado, ao menos 12 mulheres venceram, o que elevará o número delas na Casa para 22, segundo o Centro para a Mulher e a Política, da Universidade Rutgers. Para os cargos de governador, elas venceram em nove estados (antes eram seis).

Segundo a ABC News, o pleito também foi histórico para as candidatas de primeira viagem - algumas conseguiram conquistar cadeiras das mãos dos republicanos e ajudaram os democratas a retomar a maioria na Câmara. A vitória de mulheres ainda incrementou a diversidade no Legislativo americano, com as primeiras representantes muçulmanas e indígenas.

A rede americana CNN, que estimou a vitória de pelo menos 96 mulheres para a Câmara, projeta que cerca de um terço deste número deve ficar com candidatas que concorreram pela primeira vez. Já a ABC News destaca que 101 candidatas devem ser eleitas - 86 democratas e 15 republicanas. Até esta terça-feira, o patamar de representação feminina nos EUA era inferior ao de todas as nações europeias e menor que em muitos países latinos (México incluído) e muçulmanos (como a Arábia Saudita e Emirados Árabes).

Em sintonia com o recorde de mulheres eleitas, o pleito teve o maior número de candidatas a vagas na Câmara e no Senado. Foram 237 postulantes à Câmara (contra 167 em 2017) e 23 ao Senado, que renovou 35 de suas cadeiras (em 2012, o recorde, haviam sido 18). Até esta terça-feira, as mulheres detinham 23 vagas no Senado. As projeções indicam que 12 devem ser eleitas para esta Casa nas eleições 2018 - mas boa parte delas era candidata à reeleição.

Grupo historicamente atuante nas eleições, a participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio, a visão de que o governo Trump é machista e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A recente aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

As mulheres representaram em 2018 29% dos concorrentes à Câmara e 32% ao Senado. Em 1998, foram 131 candidatas no total, e em 1948, apenas 48. Nos estados, seis mulheres servem como governadoras, enquanto dez candidatas disputavam Executivos estaduais nesta terça-feira. O recorde foi de nove políticas à frente dos estados, em 2004.

Os americanos elegeram nesta terça-feira as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, ambas democratas. Ilhan Omar representará o estado de Minnesota e Rashida Tlaib, Michigan.

Omar, de origem somali, chegou aos Estados Unidos há duas décadas como refugiada e também é a primeira representante federal negra do estado de Minnesota. Ela vai ocupar a cadeira que era do republicano Keith Ellison, o primeiro muçulmano eleito para o Congresso, que decidiu concorrer para a Advocacia Geral de Minnesota este ano. Já Tlaib vai ocupar a cadeira antes ocupada pelo democrata John Conyers, que deixou o cargo no ano passado em meio a denúncias de assédio sexual. Ambas tiveram mais de 70% dos votos em seus distritos (no sistema eleitoral americano, cada uma das 435 cadeiras da Câmara corresponde a um distrito).

Uma das estrelas que emergiram neste ano na política americana, Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata e de origem porto-riquenha, venceu no 14º distrito de Nova York. Alexandria pertence aos Socialistas Democráticos, agrupamento inspirado na social-democracia europeia que defende saúde e educação públicas e gratuitas e o fim da polícia de fronteiras. Alexandria e outra democrata, Abby Finkenauer, eleita por Iowa, se tornaram as mais jovens deputadas eleitas no país — ambas têm 29 anos.

Os americanos também elegeram Sharice Davids e Debra Haaland. Ambas serão as primeiras congressistas americanas de origem indígena. Davids, membro da Nação Ho-Chunk, também seria o primeiro membro LGBTQ do Congresso eleito pelo estado do Kansas. Haaland é democrata do Novo México e membro da tribo Pueblo of Laguna.

Os eleitores do Texas escolheram, pela primeira vez, duas mulheres hispânicas para a Câmara dos Deputados. Veronica Escobar, por exemplo, tomou a cadeira do distrito de El Paso de Beto O'Rourke, que não se elegeu ao Senado.

A republicana Marsha Blackburn será a primeira representante mulher do Tennessee no Senado após vencer o ex-governador democrata Phil Bredesen. A conservadora atuava na Câmara dos Representantes desde 2003 e apostou em seu vínculo com o presidente Donald Trump para impulsionar a campanha. O chefe da Casa Branca esteve no estado três vezes durante a corrida eleitoral.

No Arizona, embora não haja definição da disputa, é certo que haverá a primeira senadora mulher. A democrata Kyrsten Sinema enfrenta a republicana Martha McSally pelo cargo que pertencia ao republicano Jeff Flake. Ele decidiu não se lançar à reeleição este ano.

A republicana Kristi Noem será a primeira governadora de South Dakota depois de derrotar o democrata Billie Sutton. Por outro lado, a democrata Christine Hallquist foi derrotada na disputa pelo governo de Vermont. Se vencesse, seria a primeira governadora transgênero do país.

Preconceito contra mulheres no poder é

maior do que se pensa, diz pesquisa

Um estudo da Universidade de Dusseldorf (Alemanha) revela que as pessoas podem estar ajudando a esconder o tamanho do preconceito contra mulheres líderes. Segundo a pesquisa, quando garantida a confidencialidade, muitos revelam ter mais reservas em relação ao poder feminino.

(Universa, 06/11/2018 - acesse no site de origem)

Ao todo, 1529 estudantes alemães responderam às questões que indicavam essa tendência. Quando seguros de que não teriam suas percepções identificadas, 37% assumiam rejeitar mulheres em cargos de poder. Já quando não tinham certeza de que permaneceriam anônimos, somente 23% admitiu o preconceito.

Anonimamente, 28% das mulheres e 45% dos homens indicaram que consideram as mulheres menos capazes para liderar. No método menos confidencial, a diferença de resultados é maior entre as mulheres (de 28% para 10%), pois, segundo os estudiosos, muitas se sentem obrigadas a se solidarizar com outras mulheres.

A conclusão do estudo é a de que a desigualdade de gênero no poder não está somente nas altas cúpulas e decisões de grandes empresários e líderes, como na sociedade como um todo.

Inaugurado nesta segunda, gabinete de transição de Bolsonaro tem apenas homens

Primeira lista de 27 auxiliares do comitê de transição foi publicada no Diário Oficial da União

(O Globo, 05/11/2018 - acesse no site de origem)

Divulgada nesta segunda-feira pelo Palácio do Planalto, a primeira lista de assessores do gabinete de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro tem 27 nomes e nenhuma mulher. Publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, pela Casa Civil, a relação de assessores foi entregue na semana passada ao governo do presidente Michel Temer pelo ministro extraordinário, Onyx Lorenzoni. O presidente eleito pode nomear até 50 representantes para a equipe de transição.

Além de Lorenzoni, coordenador da transição e indicado como ministro da Casa Civil, que já havia sido nomeado, foram oficializados para o processo alguns cotados para ministérios no governo Bolsonaro, entre os quais Paulo Guedes, indicado ministro da Economia; Augusto Heleno, que deve ser ministro da Defesa; Marcos Pontes, apontado como ministro de Ciência e Tecnologia. Estão também na lista Gustavo Bebianno, ex-presidente do PSL, e os irmãos Arthur

e Abraham Weintraub, que devem compor a equipe econômica de Paulo Guedes.

O ministro extraordinário anunciou que os trabalhos da equipe de Bolsonaro começaram com a formação de grupos temáticos em dez áreas. Em rápido pronunciamento à imprensa, Onyx listou os grupos formados e destacou que novos grupos devem ser criados no decorrer do trabalho. Agricultura, Meio Ambiente e Produção Sustentável ficaram como um tema único nessa divisão inicial. Na semana passada, Bolsonaro sinalizou que pode desistir de fundir as pastas da Agricultura e Meio Ambiente, como tinha anunciado anteriormente.

— Temos os indicados pelo grupo de transição e outros entrarão como cedência, disponibilização ou colaboradores voluntárias. Foi a forma que achamos para dar consistência e amplitude aos trabalhos — afirmou Onyx.

A lista de assessores do gabinete de Bolsonaro, nomeados nesta segunda, ainda tem Marcos Aurélio Carvalho; Paulo Roberto; Luciano Irineu de Castro Filho; Paulo Antônio Spencer Uebel; Eduardo Chaves Vieira; Roberto Castello Branco; Luiz Tadeu Vilela Blumm; Carlos Von Doellinger; Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho; Sérgio Augusto de Queiroz; Antônio Flavio Testa; Waldemar Gonçalves Ortunho Junior; Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro; Ismael Nobre e Carlos Alexandre Jorge da Costa. Também foram designados para a equipe, mas sem direito a remuneração, Alexandre Xavier Ywata de Carvalho; Pablo Antônio Fernando Tatim dos Santos; Waldery Rodrigues Junior; Adolfo Sachsida, e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

A ausência de mulheres na equipe de transição do presidente eleito causou preocupação entre parlamentares da bancada feminina no Congresso. Elas dizem que o futuro governo reproduz a desvalorização da mulher pela sociedade em espaços de poder.

— Por mais que o entorno dele faça publicidade e tente desconstruir a imagem dele de quase 30 anos de política, a prática não permite isso. O exemplo é esse, com a equipe de transição. Ele não tem proximidade com mulheres fortes e representativas — diz a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB).

Para ela, o grupo político de Bolsonaro ainda vê a mulher como submissa ao homem.

— Isso nos preocupa também não apenas na questão de gênero. A manifestação de intolerância dele atinge todos os segmentos mais vulneráveis, índios, negros, e já imaginamos o espaço que terão no governo dele — afirma a senadora.

A presidente do PSDB Mulher, deputada Yeda Crusius (PSDB), diz que a equipe de transição reproduz o “pequeno número de mulheres em postos de comandos”.

— Mas espero que seja um governo inteligente, que sabe que mulher traz equilíbrio para qualquer foro de discussão, ainda mais o político — diz Crusius.

A deputada Laura Carneiro (DEM) diz que “espera que (a falta de mulheres na equipe de transição) não seja um indicativo (do espaço da mulher no governo)”.

— Tenho certeza que a mulher terá espaço no governo — diz.

Leticia Fernandes e Karla Gamba

[A representatividade feminina depois das eleições de 2018](#)

Escolha de mulheres para ocupar cadeiras do Senado estacionou, assim como na chefia de governos estaduais. Na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas, houve crescimento

[\(Nexo, 30/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O segundo turno das eleições de 2018 no domingo (29) teve como resultado a chegada de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência e a definição de governadores que restavam, em 13 estados e no Distrito Federal. Os outros chefes de executivos estaduais, assim como os parlamentares da Câmara dos Deputados, do Senado e das Assembleias Legislativas, já haviam sido definidos em 7 de outubro.

Leia mais: [Fátima Bezerra, do PT, é a única mulher a se eleger governadora no país \(Exame, 29/10/2018\)](#)

Para a representatividade das mulheres, que são 52% do eleitorado brasileiro, a ocupação dos cargos eletivos em disputa em 2018 teve o seguinte balanço na comparação com a eleição de quatro anos antes:

Representatividade

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 2014, venceu a chapa Dilma Rousseff e Michel Temer. Em 2018, havia duas mulheres na cabeça de chapa de candidaturas e várias delas como candidatas a vice. Acabou vencendo a chapa exclusivamente masculina, com Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão.

GOVERNADORES

Entre os governadores eleitos, a única mulher é Fátima Bezerra, petista que estará à frente do Rio Grande do Norte a partir de 2019. Em 2014, a única eleita havia sido Suely Campos, do PP de Roraima.

SENADORES

No Senado, o número de mulheres eleitas também se manteve: foram sete, que representam 13% dos eleitos em 2018. Nenhuma mulher foi eleita para o Senado em 20 estados. Em três deles - Acre, Bahia e Tocantins - não houve candidatas.

DEPUTADOS FEDERAIS

Houve aumento na Câmara dos Deputados. Em 2014, 51 mulheres se elegeram. Em 2018, o número foi a 77, que equivale, no entanto, a 15% das 513 cadeiras em disputa.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Houve aumento nas Assembleias. Em 2014, foram eleitas 119 deputadas estaduais ou distritais. Em 2018, foram 161 mulheres, algo que equivale a 15% das cadeiras em disputa.

Uma análise sobre a representatividade em 2018

Em entrevista ao Nexo, Beatriz Rodrigues Sanchez, pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP, atribui o crescimento na taxa de parlamentares mulheres principalmente à regra eleitoral estipulada pela reforma política sancionada pelo presidente Michel Temer em outubro de 2017.

Um dos itens determina destinação de pelo menos 5% do Fundo Partidário para incentivar a participação feminina na política e de, no mínimo, 30% de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de televisão para as candidatas.

A mudança complementa a determinação da Lei 9.504, de 1997, segundo a qual “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Os partidos, no entanto, não tinham antes qualquer compromisso com o apoio financeiro a essas candidaturas.

Mesmo essa nova regra não foi capaz de aumentar expressivamente o número de mulheres eleitas, que registra algo na casa de 10% das cadeiras em disputa desde a década de 1990.

Para Sanchez, a representação feminina se manteve estável no Senado e na chefia dos governos estaduais porque “esses cargos, por serem majoritários e não proporcionais, dão um peso maior para o indivíduo do que para o partido, o que aumenta a importância do capital político e dificulta a eleição de mulheres”, disse.

Cargos majoritários são aqueles em que os mais votados são eleitos (presidente, governador, senador e prefeito). Os cargos proporcionais são aqueles que levam em conta o quociente eleitoral a partir, também, do desempenho dos partidos (deputados e vereadores).

“A manutenção da sub-representação das mulheres mostra que as barreiras existentes para uma maior inclusão feminina nas instituições políticas, como o financiamento desigual de campanhas, o machismo institucional dos partidos e a divisão sexual do trabalho, continuam operando”

Beatriz Rodrigues Sanchez - Pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política da USP

Então secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, Rosali Scalabrin disse em 2016 em entrevista à EBC que o machismo institucional se manifesta, por exemplo, na escassez de mulheres nas direções dos partidos brasileiros.

Essa coordenação tradicionalmente masculina, segundo ela, faz com que raramente candidaturas de mulheres sejam priorizadas.

Os perfis das eleitas

Com relação ao perfil das mulheres eleitas, houve um aumento da bancada feminista tanto na Câmara dos Deputados quanto, por exemplo, na Assembleia Legislativa de São Paulo.

“Parte desse fenômeno pode ser explicado pelo efeito Marielle [Franco], já que essas mulheres reivindicam representar o seu legado”, diz Sanchez.

Vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle foi executada a tiros em março de 2018. O crime segue sem solução até o momento e mobilizou organizações e sociedade civil, que reivindicam a responsabilização dos culpados. Os projetos da vereadora eram dedicados às mulheres, à comunidade LGBTQTs e à juventude pobre e negra do Rio.

Também cresceu o número de parlamentares eleitas de partidos conservadores, com destaque para o PSL de Bolsonaro, que defende a família tradicional e a militarização como resposta aos problemas na segurança pública.

“Isso demonstra que a próxima legislatura será marcada por embates entre a bancada conservadora e as parlamentares mais progressistas”, prevê Sanchez.

Ação e reação na questão de gênero

O crescimento da pauta conservadora é visto por analistas como uma reação ao fortalecimento das pautas identitárias, ligadas à defesa de direitos de minorias, nos últimos anos.

Movimentos de mulheres, em boa parte nutridos por discussões nas redes sociais, ganharam projeção nesse contexto e foram às ruas em diferentes ocasiões, como em 2015, em uma série de manifestações em cidades brasileiras que ficou conhecida como “Primavera feminista”.

Na leitura da professora de Ciência Política da Universidade de Brasília, Flávia Biroli, o aumento da bancada feminina conservadora acompanha a ampliação da representação de partidos de direita e extrema direita no Congresso. De outro lado, existe, “pela primeira vez, um conjunto de mulheres eleitas, desde a campanha, com uma plataforma feminista”, disse Biroli ao Nexô.

“São mulheres jovens, que já construíram sua carreira política num diálogo muito direto com esse ambiente em que a agenda feminista e a compreensão de como os interesses das mulheres são sub-representados, excluídos da cena pública”, afirmou.

Independentemente da ideologia, há avanço

Ainda segundo Biroli, embora haja diferenças programáticas que distinguem as mulheres eleitas, uma agenda pública focada nas mulheres está mais colocada hoje do que há 30 anos.

“Fico pensando nas 26 mulheres [de 559 congressistas] eleitas para a Constituinte, de como precisou haver um trabalho a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher [órgão governamental criado em 1985 para promover a participação de mulheres da sociedade civil junto ao governo federal] para constituir uma agenda das mulheres, relativa aos interesses das mulheres”, diz Biroli.

“Isso era difícil não só porque esbarrava nas diferenças ideológicas, partidárias e de classe. Mas também porque [durante a Constituinte, em 1987-1988] se tratava de um ambiente

público em que essa agenda estava muito menos definida em termos da sua relevância pública do que hoje. É um quadro diferente [o atual]. Se naquele momento pensava-se no chamado 'lobby do batom' como uma forma de construir a agenda das mulheres como uma agenda pública no Congresso Nacional, ainda com muito menos peso na cena pública; agora estamos falando de uma disputa em torno do papel das mulheres, das relações de gênero, que é muito mais difundida”.

“Lobby do batom” foi como ficou conhecida a campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para a nova Constituição, que tinha como entre seus lemas “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher”.

Em agosto de 1986, o CNDM organizou um grande evento no Congresso Nacional. Centenas de mulheres de todas as regiões do país se deslocaram até Brasília para o encontro, que tinha o objetivo de aprovar a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, baseada em propostas recebidas anteriormente e discutidas em plenário.

Juliana Domingos de Lima

Mulheres perderam espaço na disputa por cargos majoritários em 2018, por Flávia Oliveira

Com a confirmação da vitória de Fátima Bezerra (PT-RN), o país só terá uma governadora no período 2019-2022. Também no ciclo que chega ao fim em dezembro somente uma mulher, Suely Campos (PP-RR), assumiu um estado.

(O Globo, 29/10/2018 - acesse no site de origem)

Em 2014, três candidatas à Presidência - Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (então no PSD) e Luciana Genro (PSOL) somaram 67 milhões de votos no primeiro turno, segundo estudo do demógrafo José Eustáquio Alves. Este ano, Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU) somaram 1,2 milhão. Dessa vez, mulheres assumiram papéis secundários. Manuela D'Ávila (PCdoB), Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT) e Sonia Guajajara (PSOL) foram vice das chapas encabeçadas por homens.

Se perderam espaço na disputa por cargos majoritários, avançaram nas eleições proporcionais. Para o Senado, foram eleitas sete, tal como em 2010, quando também houve eleição para dois terços da casa. O país elegeu 77 deputadas federais, 26 a mais que há quatro anos. No Distrito Federal, cinco dos oito eleitos são mulheres. As 247 mulheres eleitas senadoras, deputadas federais, estaduais e distritais, segundo a revista “Gênero e Número”, receberam 28 milhões de votos.

Dois números e uma tecla verde, por Jandira Feghali

Poucos dias nos separam de um dos dias mais importantes para a democracia e para nossa luta no combate à violência contra as mulheres. Desde a sanção da Lei Maria da Penha passos importantes foram dados na prevenção e eliminação de um tipo de conduta que tem como base uma mentalidade machista que empodera os homens e fragiliza as mulheres.

A Convenção de Belém do Pará, da qual o Brasil é signatário, determina aos Estados Partes que adotem programas que modifiquem os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres. O objetivo é combater preconceitos, costumes e outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher.

Tal determinação veio do entendimento da importância dos Estados na promoção de direitos para a equidade de gênero. Não é menos relevante, portanto, destacarmos o papel que nosso próximo presidente da República terá para atingir esta meta. Uma meta que é de toda a sociedade. Homens e mulheres.

Neste sentido é preocupante o que já se observa antes mesmo de proclamado o resultado das eleições. O discurso do preconceito, do ódio e da intolerância do candidato que expressa o que há de mais agressivo e retrógrado se espalha em ondas que, na prática, vem resultando em ataques, agressões e total tolhimento de liberdades individuais. Mas, hoje, ele é apenas um candidato. Se eleito fosse, essa onda se transformaria em um verdadeiro tsunami, pois justificado seria pelo poder maior de nosso país.

De outro lado, temos um candidato de fala firme, mas suave e generosa. Um professor que, por onde passa, tem uma palavra de apoio à luta das mulheres e ao seu significado. Um homem que tem propostas claras em seu programa de governo para impulsionar as políticas de proteção e emancipação das mulheres. Que representa um legado de existência da Lei Maria da Penha e os avanços por ela já garantidos.

Estamos entre dois projetos diametralmente opostos. Apenas um é capaz de recuperar a normalidade democrática e devolver às mulheres a esperança de andarem seguras pelas ruas. A liberdade para se afirmarem enquanto cidadãs plenas de direito. A certeza de que serão respeitadas, dentro e fora de suas casas. A convicção de que o futuro lhes reserva uma vida livre da violência e da opressão.

Dia 28 de outubro isso e muito mais estará em jogo. Nossa mão estendida entre números e uma tecla verde. Um gesto simples que fará toda a diferença entre a democracia que nos liberta e o autoritarismo que nos cala e mata.

Como mulher e relatora da Lei Maria da Penha, deixo aqui meu apelo. Para que não deixemos o ódio dirigir nosso voto. Que pensemos nas mulheres que já estão sendo agredidas,

violentadas e mortas. E pensando nelas, vamos virar! Vamos garantir o compromisso com a igualdade de direitos! Que dia 1º de janeiro seja o dia de celebrar que a verdade e o amor prevaleceram sobre a mentira e o ódio. É hora da virada! Haddad e Manuela 13!

Jandira Feghali é médica e Deputada Federal eleita pelo estado Rio de Janeiro